

CONFORMAÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA (2015-2021)

Andréia Ferreira da Silva

Universidade Federal de Campina Grande – Brasil

silvaandreia@uol.com.br

Luciana Leandro da Silva

Universidade Federal de Campina Grande – Brasil

luleandro@gmail.com

Joedson Brito dos Santos

Universidade Federal de Campina Grande – Brasil

joedson.santos@ufcg.edu.br

Introdução

O trabalho apresenta resultados de pesquisa, desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Política e Gestão Educacional (GEPGE) do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFCG, que analisa o(s) processo(s) de reforma das redes municipais de ensino do estado da Paraíba¹. Nas últimas décadas, o setor das políticas educacionais vem sendo marcado por processos de reforma da atuação do Estado no intuito de “resolver” as crises de acumulação do capital. Tais processos foram viabilizados, a partir de 1970, pelo fortalecimento da ideologia neoliberal e do gerencialismo.

Desde então, o setor educativo incorporou a lógica gerencial por meio da ampliação dos mecanismos de controle do governo central, da transferência de responsabilidades para os entes subnacionais, da implantação de políticas de avaliação externa e pelo incremento da atuação do setor privado, com ou sem caráter lucrativo. A educação municipal paraibana não ficou imune a tais processos, constituindo-se, também, como campo para a “modernização gerencial” de sua gestão.

Cabe ressaltar que, após a aprovação da Constituição Federal de 1988, e da criação Fundef, em 1996, ocorreu o aumento das responsabilidades dos municípios na oferta da

¹ A pesquisa conta com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESq) e da UFCG.

educação básica (PINTO, 2014), nem sempre acompanhado das condições necessárias para sua efetivação. Essa situação gerou, em muitos municípios, a “ausência de uma estrutura de gestão e planejamento capaz de responder aos novos desafios colocados a esses entes federados” (PINTO, 2014, p. 640). Tais aspectos atrelados à insuficiência de recursos para o financiamento da educação municipal contribuem para impedir a universalização da oferta e a garantia de padrões de qualidade.

Buscando compreender os desafios expostos, o texto está organizado em dois momentos: no primeiro apresenta a pesquisa em curso; e no segundo expõe resultados iniciais da investigação relativos à caracterização da oferta da educação básica na Paraíba e os principais achados do levantamento bibliográfico.

Pesquisa: objetivos e percursos

A pesquisa analisa o(s) processo(s) de reforma das redes municipais de ensino paraibanas e seus desdobramentos para a (re)configuração da educação pública municipal. Para tanto, definiu três eixos de estudo: as propostas de municipalização e da reforma da educação básica; a organização e condições de funcionamento das redes de ensino e dos conselhos municipais de educação (CME); e as medidas de avaliação externa em larga escala e de privatização implantadas de 2015 a 2021.

Adota abordagem quali-quantitativa, com a utilização dos seguintes procedimentos: revisão bibliográfica; *survey on-line* para o levantamento de informações junto às secretarias municipais de educação; e pesquisa de campo em oito municípios paraibanos.² A revisão bibliográfica vem sendo realizada pela identificação e estudo de teses, dissertações e artigos publicados em periódicos da área da educação sobre o tema proposto. O *survey on-line* será disponibilizado na Plataforma *SurveyMonkey*® para os 223 municípios paraibanos. A pesquisa de campo contempla a realização de entrevistas semiestruturadas ao gestor municipal de educação e integrantes do CME e observação das condições de funcionamento dessas redes.

Resultados preliminares

² Os municípios serão selecionados considerando-se: localização geográfica; ter Conselho Municipal de Educação; e informações obtidas por meio do *survey on-line*.

Quanto à caracterização, a pesquisa identificou que a Paraíba é um dos estados mais pobres do país. Em 2019, foi apontado, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE), como o 6º estado mais desigual, segundo o Índice de Gini. Apresenta indicadores sociais abaixo da média nacional – situação de extrema pobreza e de vulnerabilidade à pobreza e taxas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a despeito de sua elevação nas duas últimas décadas (SILVA *et al*, 2019). Esses, dentre outros indicadores revelam as desigualdades que constituem os municípios da Paraíba

No setor educacional, o ente município enfrenta, ainda, grandes obstáculos referentes às altas taxas de analfabetismo, à universalização do acesso à educação básica, especialmente, na educação infantil, elevadas taxas de distorção idade e, em muitos municípios, escolas com resultados insatisfatórios no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e no Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) (SILVA *et al*, 2020).

No estado, o ente município possuía, em 2019, o maior número de escolas e matrículas: 3.260 escolas integravam as redes municipais, de um total de 4.881. O número total de matrículas na educação básica, em 2019, nessas unidades escolares, compreendeu quase um milhão de estudantes, 990.349 alunos. Na educação infantil havia 159.865 matrículas, 112.681 nas redes públicas (70,18%), sendo 112.209 nas redes municipais de ensino (70,10%), 271 na estadual (0,17%) e 201 matrículas nas redes federal (0,12%). Em instituições privadas eram 47.184 matrículas (29,51%). (BRASIL, 2020)

Nos anos iniciais do ensino fundamental, em 2019, a Paraíba contava 548.659 alunos, com 339.883 matrículas nas escolas municipais (61,94%), 119.395 nas privadas (21,76%) e 89.227 nas estaduais (16,26%). Observa-se que a presença municipal nessa fase equivalia a quase quatro vezes a da rede estadual. A esfera federal tinha somente 154 alunos (0,02%). No ensino fundamental - anos finais - a atuação da rede estadual é mais significativa comparada aos anos iniciais em que De 243.284 matrículas, os municípios registraram 133.039 (54,68%), a rede estadual 67.672 (27,81%) e as escolas privadas 42.573 (17,49%) (INEP, 2020). Nessa fase, o município fornecia duas vezes mais vagas do que a rede estadual.

Os dados mostram a importância da tarefa educativa do ente município na oferta da educação infantil e do ensino fundamental paraibano. Revelam, também, que o ente

estado ainda é responsável por parte significativa das matrículas nos anos finais do ensino fundamental.

Os estudos da produção acadêmica, sobre a municipalização do ensino no país, realizados até o momento, identificaram uma maior recorrência dos seguintes temas, com importantes contribuições dos autores indicados: 1. Municipalização e democratização da sociedade e da educação (BARRETO; ARELARO, 1985; LUCE, 1992); 2. Poder local (VIEIRA, 2011); 2. pacto federativo brasileiro e o ente município (CURY, 2010; OLIVEIRA, 2013); 3. processos de elaboração da Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e os debates sobre as responsabilidades dos municípios; Fundef (1996) e Fundeb (2006) (PINTO, 2014); e modelos de gestão adotados nos municípios – gestão democrático-participativa, gerencialista, patrimonialista e o hibridismo na gestão educacional (PERBONI; OLIVEIRA, 2021; MENDONÇA, 2001). Esse estudo vem subsidiando as análises da pesquisa acerca do modelo de municipalização do ensino adotado no país, e na Paraíba, e seus desdobramentos para a efetivação do direito à educação.

Considerações finais

A pesquisa pretende disponibilizar indicadores e informações relativas à caracterização e análise das políticas educativas implantadas nas redes municipais de ensino do estado. Tenciona-se, desse modo, subsidiar processos de monitoramento, avaliação e tomada de decisão nas redes municipais e estadual de ensino do estado da Paraíba com vistas à garantia do direito à educação.

Referências

BARRETO, Elba S. de Sá; ARELARO, Lisete Regina G. A municipalização do ensino de 1.º grau: tese controvertida. *Revista da Faculdade de Educação da USP*, São Paulo, v. 11 n. 1-2, 1985.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sistema de Avaliação da Educação Básica*: documentos de referência - versão preliminar. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo P.; SANTANA, Wagner (Org.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO, 2010.

LUCE, Maria Beatriz M. A descentralização da educação. *Revista Contexto & Educação. Revista de Educación em América Latina Y el Caribe*. jan./mar. 1992. Editora Unijuí. (versão impressa).

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, 2001, vol. 22, n. 75 p. 84-108.

OLIVEIRA, Cleiton. Federalismo brasileiro: algumas implicações no campo educacional. *Plures Humanidades*. v. 14, n. 2, 2013.

PERBONI, Fabio; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Hibridismo na gestão escolar: percepções dos diretores escolares da cidade de Dourados/MS. 2021. *Revista Educação em Questão*, 59(59).

PINTO, José Marcelino Rezende. Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. *Cadernos de pesquisa*, v. 44, n. 153, p. 624-644, jul./set. 2014.

SILVA, Andréia F. *et al.* Políticas de avaliação externa da educação básica: um estudo das iniciativas das redes municipais do estado da Paraíba. *Revista Administração Educacional*, CE/UFPE, Recife/PE, v. 11, n. 2, p. 20-41, jul./dez. 2020.

SILVA, Andréia F. *et al.* A política educacional para a Educação Básica no estado da Paraíba (2011-2018). In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana Maria C.; RODRIGUES, Cibele Maria. (Org.) *A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino na região nordeste*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2019, p. 255-300.

VIEIRA, Sofia Lerche. Poder local e educação no Brasil: dimensões e tensões. *RBPAAE*, v. 27, n. 1, p. 123-133, jan./abr. 2011.